

ANÁLISE DAS DISCIPLINAS TÉCNICAS E PRÁTICAS DE UM CURSO TÉCNICO EM GUIA DE TURISMO EM PORTO ALEGRE

Carina Vasconcellos Abreu*

Resumo: O presente artigo busca analisar as disciplinas de Teoria e Técnica Profissional e Prática Profissional de um curso técnico de guia de turismo de uma instituição de ensino de Porto Alegre/RS. Apresenta breve histórico da formação profissional e regulamentação do curso, além de suas atividades em exercício da profissão. Traz o contexto das unidades curriculares do curso, aprofundando as relativas à prática profissional. Utiliza referencial teórico de teorias relativas ao currículo e metodologia de análise textual discursiva. Conclui que há necessidade de revisão e atualização da redação do plano de curso relativo a estas disciplinas de forma a melhor orientar a atuação de seus docentes, além de pontuar a necessidade do desenvolvimento de atividades integradas e interdisciplinares.

Palavras-chave: Guia de Turismo. Currículo. Teoria e técnica profissional.

Introdução

Os primeiros cursos técnicos de guia de turismo no Brasil surgiram na década de 1960 e a regulamentação da profissão ocorreu em 1993. Ainda é a única profissão regulamentada do segmento de turismo no Brasil. Dentre as diversas atividades do sistema turístico, está a do guia de turismo, que atua no fim da cadeia produtiva, já que cabe a ele a execução do roteiro criado pela operadora turística e vendido por uma agência de viagens. O profissional atua na viagem propriamente dita e é sua responsabilidade a qualidade desta execução. A função exige que o profissional lide com todos os aspectos administrativos da execução da viagem, além de também atuar como mediador cultural entre visitante e visitado. Há no mercado um grande número de profissionais sem habilitação atuando livremente, já que a fiscalização é praticamente nula. No Brasil, a formação que qualifica um profissional a se registrar como guia de turismo é o curso técnico em guia de turismo, com carga horária mínima de 800h.

* Doutoranda e Mestre em Educação pelo PPG em Educação da PUCRS, Turismóloga e Guia de Turismo. Professora Assistente na Faculdade Senac Porto Alegre. Email: carina.vas.abreu@gmail.com.

O objetivo da presente pesquisa é analisar as disciplinas de Teoria e Técnica Profissional e Prática Profissional do Plano de Curso 2012, atualmente em vigor, de um curso técnico em guia de turismo localizado em Porto Alegre. A escolha destas disciplinas se dá pela ligação direta com o desenvolvimento de atividades práticas, além de congregarem elementos das outras disciplinas previstas no currículo. Considera-se que são as disciplinas norteadoras desta formação profissional.

As disciplinas serão consideradas a partir das teorias de análise de currículo. Para este estudo será utilizada a metodologia de análise textual discursiva. A referida metodologia é uma pesquisa qualitativa que pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação.

Este método de análise, segundo Moraes (2007), a análise textual discursiva parte de um conjunto de pressupostos em relação à leitura dos textos examinados. Os materiais constituem um conjunto de significantes, e o pesquisador atribui a eles significados a partir de seus conhecimentos, intenções e teorias. A emergência e comunicação desses novos sentidos e significados são os objetivos da análise.

A primeira seção trará informações gerais sobre o curso técnico em guia de turismo no Brasil, seguido por uma seção com referencial teórico sobre currículo, para em seguida analisar as unidades curriculares em questão, concluindo com sugestões de alterações ou melhorias a serem pensadas.

1 Técnico em Guia de Turismo

A condução de grupos de turismo no Brasil precedeu em algumas décadas o reconhecimento legal da profissão. Segundo Carvalho (2005), este início de atividade pouco profissionalizado pode ter originado a falsa ideia ainda hoje percebida entre os interessados na profissão, de que a atividade é basicamente recreativa, exigindo pouca formação e mínima responsabilidade.

A profissão de guia de turismo foi reconhecida em 1986 e regulamentada pela Lei nº 8.623/93. A partir de janeiro de 1993, os guias foram convocados, por publicação no Diário Oficial da União, a comparecerem na Embratur e oficializarem seu cadastramento de acordo com a regulamentação. Foi dado prazo de dois anos para esse recadastramento, e, após, só foram aceitos cadastros de profissionais que haviam realizado cursos de formação profissional oferecidos por instituições previamente autorizadas e cadastradas.

O Decreto do mesmo ano, nº 946/93, define a profissão da seguinte forma:

Art.1º - É considerado Guia de Turismo o profissional que, devidamente cadastrado na Embratur – Instituto Brasileiro de Turismo, nos termos da Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, exerça as atividades de acompanhamento, orientação e transmissão de informações a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas (BRASIL, 1993).

O mesmo decreto de 1993, no artigo 4º, apresenta as classes em que os guias devem ser cadastrados, conforme a especialidade de sua formação profissional: guia regional, quando suas atividades forem realizadas em itinerários ou roteiros locais ou intermunicipais de uma determinada unidade da federação; guia de excursão nacional, quando suas atividades forem de âmbito nacional ou realizada na América do Sul; e guia de excursão internacional para os demais países do mundo. Esta última não faz parte da formação técnica mínima exigida e é considerada como uma especialização realizada após o curso técnico e pouco oferecida no mercado.

Entre as diversas atividades do guia de turismo, estão cuidar de procedimentos burocráticos, garantir a qualidade dos serviços, manter o controle do grupo, assegurar o bem-estar, atuar em emergências e primeiros socorros, orientar operações de câmbio, orientar o motorista e cuidar do serviço de bordo (em caso de viagem rodoviária).

O Técnico em Guia de Turismo atua em órgãos de turismo em empresas públicas, privadas e do terceiro setor, operadoras e agências de turismo e de viagens, companhias aéreas, parques, entre outros. Na maioria das vezes opera de forma autônoma, tendo como clientes diversas agências e operadoras.

A Deliberação Normativa nº 426, de 04 de outubro de 2001, estabelece a necessidade de formação profissional específica conforme segue:

Art. 3º O requerente será cadastrado na classe de Guia de Turismo para a qual estiver habilitado, desde que comprovada esta condição, mediante apresentação de certificado de conclusão de curso específico de educação profissional de nível técnico, cujo plano de curso tenha sido previamente aprovado pelo órgão próprio do respectivo Sistema de Ensino, inserido no Cadastro Nacional de cursos de Nível Técnico administrado pelo MEC, e apreciado pela EMBRATUR (BRASIL, 2001).

Esta deliberação é logo seguida por outra, no mesmo dia, a de nº427, que estabelece os critérios para aprovação dos planos de curso a serem apresentados para esta formação. Em seus anexos esta Deliberação estabelece as competências e habilidades necessárias a profissão; sugestão das disciplinas, seus conhecimentos, cargas horárias correspondentes; o

perfil docente para cada disciplina; a quantidade de viagens técnicas e procedimentos que devem conter. Por fim, apresenta inclusive um roteiro para o estabelecimento de plano de curso para aprovação.

2 Teorias sobre currículo

O currículo é cotidianamente tratado como sinônimo de conhecimento, entretanto é bem mais complexo que isso. Moreira (1997) considera que há dois sentidos mais usuais da definição de currículo: conhecimento escolar e experiência de aprendizagem. No primeiro sentido, o currículo é visto como o conhecimento tratado de maneira pedagógica e didática pela escola e que deve ser aprendido e aplicado pelo aluno. O autor considera que este é também o sentido dominante ao longo dos tempos. O segundo sentido, de experiência de aprendizagem, surge no século XVIII, e tem uma maior preocupação com a atividade do aluno, ao invés de focar no conhecimento. O currículo nesta perspectiva será o conjunto de experiências a serem vividas por este aluno sob orientação da escola.

O currículo é sempre o resultado de uma seleção, “de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo” (SILVA, 2011, p. 15). Para o autor, o currículo está vitalmente envolvido naquilo que somos e naquilo no que nos tornamos, na nossa identidade e subjetividade.

Moreira (1997) argumenta que o currículo é um instrumento utilizado por diferentes sociedades para desenvolver processos de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos historicamente acumulados, objetivando socializar as crianças e os jovens segundo os valores tidos como desejáveis por aquele grupo.

O currículo busca modificar pessoas, já que pensa além do que será ensinado, mas no que a pessoa formada deve se tornar. Ou seja, a partir do que a pessoa deve ser para ser considerada o profissional ideal, é que se define o que ela deve saber ou ser ensinada, assim formando o currículo. Além de uma questão de conhecimento, o currículo é uma questão de identidade. Selecionar uma ou outra identidade como ideal pressupõe uma operação de poder, dentro de um contexto histórico, social e cultural.

Moreira (1997) acredita que, enquanto a década de 1980 testemunhou o desenvolvimento de novas formas de entender as conexões entre currículo e relações de poder, a década de 1990 expande e reestrutura este trabalho. Para o autor, a teorização educacional contemporânea apresenta uma renovada preocupação com o conteúdo e com a

natureza do conhecimento, embora com uma ênfase transformada. Para ele, esta é uma influência do pós-modernismo, direcionado a um conjunto de condições sociais que estão reorganizando questões sociais, culturais e geográficas, além de produzir novas formas de crítica cultural.

Esta nova visão passa a trabalhar com três perspectivas de currículo: o formal, o em ação e o oculto. O primeiro está relativo aos planos, propostas registradas, ou seja, os textos referidos por Moreira. O segundo se refere ao que de fato acontece nas escolas e nas salas de aula, por isso considerado em ação. O currículo oculto irá abarcar as normas e regras não explicitadas, mas que governam as relações que se estabelecem em sala de aula. Esta pesquisa, objetiva tratar do currículo formal prioritariamente.

Moreira (1997) considera que o discurso crítico e pensamento pós-moderno acabam configurando dois paradigmas, com semelhanças e diferenças, mas que podem se aproximar. A utilização de idéias pós-modernas pode expandir e consolidar a tendência do discurso moderno de integrar sua análise crítica a algum tipo de intervenção na realidade. Crê também que o pensamento pós-moderno em educação alarga o questionamento do pensamento curricular moderno sobre a definição de conhecimento escolar. O autor conclui que para que a educação atue a favor de um mundo social mais justo, é necessário orientar o trabalho pedagógico com base

[...] em uma visão de futuro, em uma perspectiva utópica que desafie os limites do estabelecido, que afrente o real, que esboce um novo horizonte de possibilidades. Julgo que essa perspectiva reforça o caráter político da educação e revaloriza o papel da escola e do currículo no desenvolvimento de um projeto de transformação da ordem social (MOREIRA, 1997, p. 25).

Assim, a preocupação no pensamento curricular é com a articulação entre a linguagem da crítica e a linguagem da possibilidade. Propõe a reorganização do currículo, visando a compreensão profunda da realidade existente, considerando as novas concepções de conhecimento e de ciência, comprometido com a aceitação e o diálogo referente às diferenças e culturas não-hegemônicas, além da construção da democracia. Em última instância, podemos resumir as considerações sobre currículo da seguinte forma

O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação (MOREIRA; TADEU, 1994, p. 14).

É a partir destes pressupostos que se pretende analisar algumas disciplinas do currículo do Curso Técnico em Guia de Turismo.

3 Curso Técnico em Guia de Turismo

O curso aqui analisado é dividido em três módulos realizados em um semestre cada. O primeiro módulo é considerado básico e pré-requisito aos outros dois. Para formar-se técnico em guia de turismo o aluno deve cursar os três semestres. Os requisitos de acesso ao curso são 18 anos completos até o final do módulo II e comprovar a conclusão do Ensino Médio também ao término do módulo II.

O primeiro módulo do curso enfoca a formação humana do guia enquanto profissional, embasando as necessidades relativas à postura, ética, comunicação e relacionamento interpessoal. É base para os módulos seguintes e, por isso mesmo, é pré-requisito. Contempla as seguintes unidades: Técnicas de comunicação (55h); Relações interpessoais (30h); Princípios de ecologia e proteção do meio ambiente (12h); Legislação Turística (24h); Primeiros socorros (20h); e Teoria e técnica profissional I (75h).

O módulo II qualifica o aluno a atuar como guia regional, ou seja, pode atuar no estado em que realizou a formação: Teoria e técnica profissional II (36h); Prática Profissional I (60h); Geografia aplicada ao turismo RS (45h); História Aplicada ao Turismo RS (45h); História da Arte Aplicada ao Turismo RS (32h); Manifestações da Cultura Popular I (36h); e Língua Espanhola Instrumental (36h).

Como já referenciado anteriormente, o guia de turismo regional está habilitado a atuar em todos os municípios do Estado em que se formou. Assim, as disciplinas de aporte teórico e as práticas devem enfatizar o Estado em questão, no caso deste estudo, o Rio Grande do Sul.

Diferentemente do Módulo I, é possível perceber a ênfase da apresentação de atrativos no Módulo II que conta com quatro disciplinas voltadas para o conteúdo particular do RS. É comum os alunos do primeiro semestre relatarem dificuldades em realizarem pesquisas relativas ao conteúdo das apresentações de atrativos na disciplina de Teoria e Técnica Profissional I por não disporem de disciplinas que as contemplem. Isto é sanado no segundo e terceiro semestres, mas não há vinculação com a disciplina de Técnicas de Comunicação, já que esta não tem sequência. Pressupõe-se que o aluno já se apropriou destas ferramentas no primeiro semestre e necessita apenas aprender o conteúdo referente. Entretanto, o desafio das

apresentações permanece durante todo o curso como uma das maiores preocupações dos alunos, provavelmente pelas lacunas de leitura e interpretação trazidas do Ensino Médio. Esta desconexão entre as ferramentas de comunicação e conteúdo pode dificultar a apropriação desta habilidade pelo aluno.

O módulo III qualifica o guia a atuar com excursões nacionais, ou seja, acompanhando grupos em outros estados, além dos países do Mercosul, compreende conteúdos idênticos ao de guia de turismo regional, porém contemplando todas as unidades da federação e países da América do Sul. A disciplina de Língua Espanhola é substituída pela de Língua Inglesa. Seguem: Teoria e Técnica Profissional III (36h); Prática Profissional II (60h); Geografia Aplicada ao Turismo (BR e América do Sul) (45h); História Aplicada ao Turismo (BR e América do Sul) (45h); História da Arte Aplicada ao Turismo (BR e América do Sul) (32h); Manifestações da Cultura Popular II (36h); Língua Inglesa Instrumental (36h). Este é o contexto do curso estudado, e, a seguir, será aprofundada a análise sobre as disciplinas relativas à teoria, técnica e práticas profissionais.

3.1 Análise das disciplinas selecionadas

Carvalho (2005) considera que a disciplina de Teoria e Técnica Profissional constitui o núcleo central do curso, pois concentra os procedimentos técnicos específicos requeridos para as diversas áreas do turismo. Segundo o autor, é no ensino destes procedimentos que se percebe a maior discrepância do perfil de egressos dos cursos, conforme a instituição em que cursaram e o docente que tiveram.

Muitos desses profissionais ensinam meramente com base na experiência própria, sem considerar uma profissão que, pela importância que assume em sua influência no resultado final de uma viagem, precisa padronizar-se por meio de fundamentação teórico-prática (e não somente pela prática) de seus procedimentos técnicos (CARVALHO, 2005, p. 250).

Uma das hipóteses para essa falta de padronização são as lacunas de orientação presentes nos planos de curso. A primeira das três disciplinas de Teoria e Técnica Profissional ocorre no primeiro módulo. Neste, diferente dos subsequentes, não há disciplina paralela de Prática Profissional. A competência desta disciplina visa “reconhecer a cadeia produtiva do turismo, identificando a importância do relacionamento dos serviços turísticos, bem como as características específicas de cada segmento” (PLANO DE CURSO, 2012). É a disciplina que

congrega os conhecimentos adquiridos nas disciplinas anteriormente citadas, ao aplicá-las em procedimentos e situações práticas, além de apresentar os fundamentos da área de turismo.

Não há previsão de horas práticas neste primeiro módulo no plano de curso nem na Deliberação Normativa de nº 427, entretanto, na instituição estudada, são realizadas três atividades práticas de 7h de duração cada, simulando city tours, guiamentos e procedimentos de responsabilidade do guia de turismo, aliadas a visitas em espaços turísticos, o que também complementa a formação. Este é o tipo de diferença entre o currículo formal e o currículo real, apontadas por Moreira (1997).

As visitas costumam ser realizadas na própria capital como forma de agregar práticas que contribuam ao processo de aprendizagem teórico. Entretanto as atividades são realizadas a partir da disciplina de Teoria e Técnica Profissional, sem planejamento conjunto com as outras disciplinas, evidenciando dificuldade de interdisciplinaridade. Neste ponto percebe-se que essas atividades práticas poderiam ser utilizadas como experiência de aprendizagem por todas as unidades, tornando-se mais rica.

No registro do Plano de Curso para esta disciplina é possível perceber um grande volume de conhecimentos, que em seguida serão tratados, e apenas cinco itens relacionados como habilidades. A primeira habilidade trata de “contratar serviços de terceiros, negociando condições e controlando o seu cumprimento”, muito relacionada ao embasamento que a disciplina de Legislação Turística oferece relativo ao discernimento de contratos e prestação de serviços. Há, entretanto, uma discussão o mercado se esta habilidade deve ser função do guia ou da agência que o contratou, demonstrando uma sobreposição de funções no sistema turístico.

A segunda habilidade listada parece apresentar a maior complexidade da disciplina: “identificar e aplicar as técnicas de condução de grupos”. Para conduzir grupos é necessário o desenvolvimento de habilidades de relacionamento interpessoal e liderança, de forma a cativá-lo e conquistar sua confiança; se faz necessário também habilidades de comunicação claras e objetivas de forma a direcioná-lo e atendê-lo com informações pertinentes e interessantes, além de respeitar questões relativas ao meio-ambiente e a prevenção de acidentes. Ou seja, esta habilidade é o cerne do trabalho do guia de turismo. Ressalta-se que os conhecimentos relativos a técnicas de condução de grupos estão ausentes do plano, permitindo interpretação livre do que abarca conforme o docente atuante, o que corrobora a ideia de Carvalho (2005) anteriormente citada.

Já as habilidades seguintes listadas no plano de curso aparentam tratar-se de um *check-list* ou lista de procedimentos de atividades rotineiras de um guia de turismo, e parecem um recorte da Deliberação Normativa nº 427. Esta lista de procedimentos pouco demonstra as habilidades necessárias a sua execução, como poderia ser: análise e compreensão de documentos referentes as excursões, elaboração e condução de atividades de lazer a bordo, etc. Destes, apenas a elaboração de relatório de viagem representa uma habilidade a ser desenvolvida, já que envolve exercício de criticidade e elaboração de textos apropriados para este fim. Conforme analisa Ramos (2002) abstrair os conhecimentos e habilidades necessários para realizar atividades da profissão pode ser muito complexo, e muitas vezes, os currículos oferecem apenas a lista em si, deixando para o docente realizar sozinho esta abstração e desenvolver atividades conforme, entretanto, há que se avaliar que este professor está apto a isso.

Quanto aos conhecimentos abarcados pela disciplina, há vinte dois itens que podem ser agrupados para análise em três blocos. O primeiro refere-se a fundamentos relativos à atividade turística:

- Fundamentos do Turismo e do Lazer: histórico, conceitos, segmentos, órgãos oficiais de turismo, estrutura, programas e projetos do Ministério do Turismo;
- Tipologia e classificação dos meios de transporte, hospedagem, serviços de alimentação e equipamentos utilizados nas atividades da Área;
- Cadeia produtiva do turismo;
- Animação turística;
- Terminologia técnica do Turismo;
- Infra-estrutura básica e específica;
- Classificação dos eventos, atividades de lazer, entretenimento e animação sociocultural;
- Noções de sociologia do turismo;
- Humanização das viagens;
- Guia de Turismo: diferenças e competências específicas de cada habilitação.

Neste primeiro grupo estão os conceitos referentes ao turismo enquanto fenômeno social, econômico e cultural, com ênfase na sequência operacional que rege a elaboração, venda e execução de pacotes e roteiros turísticos, atividade principal de atuação do guia. Engloba também a própria regulamentação da profissão. São conhecimentos previstos apenas neste módulo, pré-requisito para os subseqüentes, é também a disciplina com a maior carga horária entre as três relativas à teoria e técnica. No segundo bloco estão a relação com as outras disciplinas:

- Postura e ética profissional do Guia de Turismo: saúde, alimentação, aparência, vestuário, comissionamento, etiqueta e conhecimentos gerais;
- Procedimentos administrativos para a contratação de serviços e terceiros;
- Situações de emergência.

Estes três conhecimentos revelam a oportunidade de interdisciplinaridade, pois são estudados normalmente de forma teórica em ambiente de sala de aula e revistos nas atividades práticas. Percebe-se, entretanto, a ausência de conhecimentos relativos às disciplinas de Princípios de Ecologia e Técnicas de Comunicação neste momento, o que leva a questionar se foi intencional por algum princípio não citado ou se a ausência tratou-se de esquecimento em uma possível revisão do plano de curso. Denota também pouco destaque a interlocução entre as disciplinas, já que não contempla todas. Nos próximos módulos este tipo de conexão não é sequer mencionado. O último bloco refere-se a Procedimentos de Guiamento Turístico:

- Plano de Viagem: programa, Km, pontos de apoio e programações estabelecidas;
- Procedimentos de bordo: uso do microfone, serviço de bordo, animação turística aplicada aos diferentes grupos;
- Procedimentos na realização de passeios e visitas aos atrativos programados;
- Roteiros Turísticos;
- Acomodação do Turista no hotel – *check-in* e *out*;
- Embarques e desembarques;
- Paradas técnicas;
- Procedimentos no aeroporto;
- Procedimentos finais junto à agência.

Neste último agrupamento estão procedimentos bastante rotineiros e simples como embarques e desembarques e paradas técnicas, por exemplo, e procedimentos bem mais complexos como a elaboração de roteiros turísticos. Aliás, a elaboração de um roteiro turístico, seu plano de viagem e programações como passeios e visitas aos atrativos, exige pesquisa detalhada da região, estradas e distâncias, acessos e horários de funcionamento. Exige pesquisa histórica, geográfica, além de dados relativos à cultura e arte locais. Não é um procedimento ou conhecimento estanque, e sim uma constante criação, o que poderia ser considerado como habilidade a desenvolver. Registra-se aqui novamente uma discussão no mercado de trabalho se esta é uma função do guia ou do agente / operador de viagens, outro ponto de sobreposição destas duas profissões.

Outra questão importante a pontuar é a ausência tanto de conhecimento quanto de habilidade nesta disciplina referente à apresentação de atrativos naturais e culturais, que consiste em uma das principais atividades práticas e que está diretamente ligada a elaboração

de roteiros. Dentre as diversas atividades simuladas durante as viagens técnicas, esta é sem dúvida a que mais exige autonomia, estudo, desinibição e controle da ansiedade por parte dos alunos. É então um conhecimento oculto do currículo formal, mas parte importante do currículo real. Uma hipótese para este tópico tão importante se manter oculto talvez seja o caráter interdisciplinar que seria exigido, que poderia ser apresentado como um projeto integrador. É também uma prática que exige leitura, interpretação, elaboração de síntese e criatividade na contação de uma história, além de necessitar elementos de dicção e oratória, e domínio de leitura de grupo, para análise do que é pertinente pontuar em cada momento.

Outro desafio do profissional guia de turismo é a grande diversidade de imprevistos que podem ocorrer durante a execução de um roteiro. O principal objetivo da prática das viagens é justamente oferecer ao aluno a possibilidade de experimentar na simulação as situações estudadas teoricamente. Pode ser solicitado a qualquer hora do dia ou da noite para atender desde uma mudança de acomodação no hotel até uma emergência em pronto-socorro ou delegacia. Segundo Trigo (2000), o guia de turismo se aperfeiçoa ao longo de seu exercício profissional, assim como ocorre em várias outras profissões que demandam vivência.

A disciplina de Teoria e Técnica Profissional II desenvolve a competência de “elaborar cronogramas de viagem no Estado do Rio Grande do Sul, como também articular e coordenar os diversos setores envolvidos nas etapas que compõem o roteiro, garantindo seu cumprimento” (PLANO DE CURSO, 2012), demonstrando assim um aprofundamento da primeira disciplina, que previa apenas o reconhecimento da mesma cadeia. Os conhecimentos previstos diferentes da primeira disciplina são: Técnicas e procedimentos relativos a reservas, acomodações, transferências, passeios, visitas, excursões e aquisição de ingressos; Procedimentos para despacho e liberação de documentação, passageiros e bagagens; Técnicas de condução de turistas: orientação, assessoria, interpretação e transmissão de informações especializadas.

Esta última apresenta rapidamente a interpretação e transmissão de informações especializadas, mas os conhecimentos necessários a esta técnica não são desmembrados ou citados anteriormente. As habilidades previstas também apresentam aprofundamento considerando a execução, além de enfatizarem a apresentação de atrativos, enquanto que na primeira disciplina apresentavam apenas a identificação destes mesmos procedimentos.

A partir deste Módulo, a Prática Profissional I aparece como disciplina separada com sua própria competência: receber, orientar e conduzir turistas nos âmbitos local e regional, aplicando princípios éticos e técnicos no exercício do trabalho; acompanhar os turistas

durante suas viagens e city tours, bem como cumprir o programa estabelecido pela agência ou operadora, contratando e supervisionando a qualidade dos serviços de terceiros. As habilidades previstas são uma repetição das habilidades contidas na disciplina de teoria e técnica profissional II, demonstrando a dificuldade óbvia em separar teoria da técnica profissional.

A Prática Profissional I prevê o mínimo de três viagens técnicas para totalizar às 60h previstas, sendo uma com pernoite, com o objetivo de executar procedimentos relativos aos meios de hospedagem. Em função de tratar-se de uma viagem experimental, a instituição não permite participantes externos ao curso, limitando os passageiros aos alunos e docentes das turmas, além de coordenação do curso. Em função desta limitação, as atividades são desenvolvidas pelos alunos para os próprios colegas, sem a exposição / experiência de lidar com um público externo. Isto limita também a simulação, principalmente em relação ao controle do nervosismo e ansiedade. Os procedimentos são divididos de forma que cada aluno assuma parte da condução do grupo, variando as atividades a cada viagem. O acompanhamento do grupo é realizado pelo professor das duas disciplinas, além de um professor de alguma outra disciplina como apoio, escolhido conforme o perfil do destino. Entretanto, todas estas definições são feitas no currículo real, e não se encontram registradas no currículo formal.

A diferença entre a Prática Profissional I e a II é apenas o âmbito em que ela é executada, sem nenhum acréscimo de conhecimento ou habilidade diferentes. A disciplina de Prática Profissional II também prevê o mínimo de 60h, distribuídas em três viagens, sendo uma com procedimento de aeroporto (aérea) com pernoite, uma viagem interestadual com pernoite e uma viagem livre.

De forma geral, as atividades práticas são descritas, tanto na Deliberação Normativa já citada, e transpostas para o Plano de Curso da instituição estudada, citando carga horária, quantidade de visitas mínimas e poucos procedimentos. Justamente a disciplina que deveria integrar todo o aporte de conhecimentos desenvolvidos nas outras disciplinas é pouquíssimo descrito em como isto deve ser realizado. Esta pouca condução permite que cada docente desenvolva da forma que considerar mais adequado, a partir de sua experiência prática.

A avaliação desta experiência de simulação fica também a critério do docente, sem parâmetros de quais técnicas devem ser executadas e como. Outra questão é que cabe ao professor de Teoria e Técnica avaliar a interpretação de atrativos, que competem a conhecimentos de disciplinas que não domina. Não é previsto trabalho conjunto para

planejamento, execução ou avaliação, o que poderia ser extremamente enriquecedor e desafiante para os alunos, se trabalhado no formato de projeto.

Considerações finais

Considera-se que as disciplinas de Teoria e Técnica Profissional e Prática Profissional, cerne do curso Técnico de Guia de Turismo, poderiam ser revistas em aspectos relacionados à descrição de conhecimentos e habilidades, de forma a melhor direcionar a atuação de docentes para o desenvolvimento de atividades adequadas, orientando também seus processos de avaliação.

Percebe-se que o plano de curso, tal como está nestas disciplinas, permite que cada docente tenha total liberdade para desenvolver seu trabalho de acordo com seus próprios pressupostos do que é ou não relevante, suas experiências e valores profissionais, em função da falta de condução e registro adequados. Desta forma, a cada mudança de docente ocorrerá uma mudança no perfil de egressos do curso. Uma possibilidade para revisão do registro de conhecimentos e habilidades no plano de curso pode ser a partir de pesquisa das necessidades atuais do mercado turístico.

Outro aspecto bastante latente no plano de curso é a ausência de estímulo a atividades interdisciplinares em uma formação em que esta integração é extremamente necessária. A própria separação entre a disciplina teórica e prática parece inadequada. As atividades práticas, extremamente necessárias à formação, poderiam ser ampliadas em desafios ou atividades problematizadoras, que ativassem todos os conhecimentos e habilidades desenvolvidos, como um projeto integrador e avaliado por todos os docentes. O plano deveria instruir os coordenadores e docentes sobre a forma deste planejamento docente coletivo.

Tal como Moreira (1997) apresenta seus conceitos sobre currículo, como reprodução de uma determinada idéia de profissional adequado, há de se pensar atualmente a quem interessa manter a formação de profissionais com a partir de conhecimentos desconexos e com pouca autonomia crítica. É necessário refletir sobre um novo currículo que represente a necessidade de um profissional empreendedor, crítico, capaz de aprender e reaprender, de lidar com desafios e imprevistos, contribuindo para o desenvolvimento de um turismo de experiência e significativo aos seus visitantes.

Referências

- BRASIL. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. EMBRATUR - Instituto Brasileiro do Turismo. **Lei nº 8.623**, de 28 de janeiro de 1993.
- _____. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. EMBRATUR - Instituto Brasileiro do Turismo. **Decreto nº 946**, de 1º de outubro de 1993.
- _____. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. EMBRATUR - Instituto Brasileiro do Turismo. **Deliberação Normativa nº 426**, de 04 de outubro de 2001.
- _____. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. EMBRATUR - Instituto Brasileiro do Turismo. **Deliberação Normativa nº 427**, de 04 de outubro de 2001.
- CARVALHO, Paulo Jorge de Oliveira. Formação do Guia de Turismo: do Ensino Médio à Universidade. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godói. **Análises Regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.
- CHIMENTI, Silvia. **Guia de turismo: o profissional e a profissão**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.
- MORAES, Roque. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.
- MOREIRA, Antonio F. B.; TADEU, Tomaz. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: _____. (Orgs.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- MOREIRA, Antonio F. B. Currículo, utopia e pós-modernidade. In: MOREIRA, Antonio F. B. (Org.) **Currículo: questões atuais**. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- TRIGO, Luiz Gonzaga Godói. **Turismo Básico**. São Paulo: Senac, 2000.
- RAMOS, Marise N. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?**. São Paulo: Cortez, 2002.
- SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.